



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO À JUSTIÇA MILITAR E AO PROCESSO PENAL MILITAR	29
1.1.	Origem da justiça militar.....	29
1.2.	A importância e as razões da especialização.....	35
1.3.	Submissão da “força” aos princípios constitucionais e aos direitos fundamentais.....	38
1.4.	Processo penal militar constitucional e princípio da isonomia	42
1.5.	Um panorama da justiça militar no mundo	49
1.5.1.	Itália	49
1.5.2.	Espanha	50
1.5.3.	França.....	50
1.5.4.	Portugal.....	50
1.5.5.	Estados Unidos da América (EUA)	51
1.5.6.	América Latina.....	51
1.6.	Justiça e direito militar no brasil: o berço do código de processo penal militar.....	52
1.7.	Competência e organização da justiça militar (crime militar).....	55
1.7.1.	Justiça Militar da União em tempo de paz.....	56
1.7.2.	Justiça Militar da União em tempo de guerra	59
1.7.3.	Justiça Militar dos Estados	60
2	SISTEMAS E PRINCÍPIOS NO PROCESSO PENAL MILITAR	61
2.1.	Sistemas processuais e relação jurídico-processual.....	61
2.1.1.	Sistema inquisitivo.....	62
2.1.2.	Sistema acusatório.....	63
2.1.3.	Sistema misto.....	63
2.1.4.	Sistema vigente no processo penal militar brasileiro.....	63
2.2.	Os princípios e suas Classificações.....	66
2.3.	Princípios aplicáveis ao processo penal militar	73
2.3.1.	Humanidade	73
2.3.2.	Legalidade	74
2.3.3.	Devido processo legal.....	75
2.3.4.	Ampla defesa e contraditório.....	77

2.3.5. Ne bis in idem.....	79
2.3.6. Duplo grau de jurisdição.....	81
2.3.7. Estado de inocência.....	84
2.3.8. Favor rei (<i>in dubio pro reo</i> ou <i>favor innocentiae</i>).....	90
2.3.9. <i>Nemo tenetur se detegere</i>	92
2.3.10. Excepcionalidade da prisão cautelar e duração razoável da prisão cautelar.....	100
2.3.11. Publicidade.....	103
2.3.12. Verdade material.....	104
2.3.13. Inadmissibilidade da prova obtida por meio ilícito.....	105
2.3.14. Economia e celeridade processual: princípio da eficiência do processo penal....	108
2.3.15. Indisponibilidade da ação penal militar.....	111
2.3.15.1. Acordo de não persecução penal.....	113
2.3.16. Oficialidade.....	144
2.3.17. Oficiosidade.....	144
2.3.18. Do impulso oficial.....	144
2.3.19. Juiz natural.....	145
2.3.20. Imparcialidade do juiz.....	147
2.3.21. Da persuasão racional do juiz.....	147
2.3.22. Da motivação das decisões judiciais.....	149
2.3.23. Correlação (<i>ne eat iudex ultra petita partium</i>).....	150
2.3.24. Identidade física do juiz.....	151
2.3.25. Ação ou demanda.....	153
2.3.26. Igualdade processual.....	158
2.3.27. Lealdade processual.....	159
2.3.28. Promotor natural.....	160
2.3.29. Intranscendência.....	162
2.3.30. Comunhão da prova.....	162
2.3.31. Razoável duração do processo.....	163
2.4. Princípios expressos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e ordenamento pátrio.....	166

3 FONTES, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR 169

3.1. Fontes do direito processual penal militar.....	169
3.1.1. A prevalência das normas processuais penais previstas em tratados.....	170
3.1.2. Espécies de fonte.....	175
3.1.3. Lacunas na lei processual penal militar: integração da lei processual penal militar (fontes secundárias).....	177
3.1.4. O Processo Penal Militar nos Estados.....	180
3.1.5. A aplicação subsidiária aos processos regulados em leis penais especiais.....	183

3.2.	Interpretação da lei processual penal militar.....	184
3.2.1.	A atividade de interpretar	184
3.2.2.	Espécies de interpretação	185
3.2.3.	Regras interpretativas no Código de Processo Penal Militar	186
3.3.	Aplicação da lei processual penal militar	187
3.3.1.	Aplicação da lei processual penal militar no tempo, no espaço e em relação às pessoas.....	188
3.3.2.	Efetiva aplicação da lei penal e processual penal militar a ocupantes de cargos eletivos.....	224
3.3.3.	Outras situações ensejadoras de foro especial por prerrogativa de função	234
3.3.4.	Aplicação da lei penal e processual penal militar em relação aos advogados.	236
3.4.	O Direito internacional dos conflitos armados (DICA) e a Lei Processual Penal Militar	237
4	INVESTIGAÇÃO DO CRIME MILITAR	241
4.1.	Introdução ao capítulo.....	242
4.2.	Instituições militares, Constituição Federal e atividade de polícia.....	243
4.2.1.	As Forças Armadas	243
4.2.2.	Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares	247
4.2.3.	Atividades de polícia conferidas às instituições militares	254
4.3.	Conceito de polícia judiciária.....	259
4.4.	Polícia judiciária militar	259
4.5.	Atribuição para o exercício da polícia judiciária militar	260
4.5.1.	Conflitos de atribuição de polícia judiciária militar	272
4.5.2.	Atividades compreendidas pela polícia judiciária militar	275
4.5.2.1.	Apurar autoria e materialidade dos crimes militares.....	276
4.5.2.2.	Prestar informações ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.....	281
4.5.2.3.	Cumprir mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar	285
4.5.2.4.	Representar pela decretação da prisão preventiva e pelo reconhecimento de insanidade mental do indiciado.....	286
4.5.2.5.	Cumprir determinações e ordens da Justiça Militar sobre presos sob sua guarda e todas as prescrições do CPPM.....	289
4.5.2.6.	Solicitar às autoridades civis informações e medidas necessárias à elucidação dos fatos.....	290
4.5.2.7.	Requisitar da polícia civil e repartições técnicas os exames e pesquisas para instruir a apuração	291
4.5.2.8.	Atender pedidos de apresentação de militares à autoridade civil.....	292
4.5.3.	Atribuições de polícia judiciária militar atípicas ao CPPM.....	292
4.5.4.1.	Representar pela interceptação das comunicações telefônicas do indiciado.....	295
4.5.4.2.	Representação pela prisão temporária.....	299

4.5.4.3.	Representar por Medidas da Lei Maria da Penha (Medidas Protetivas)....	300
4.5.4.4.	Representar por Medidas Protetivas de Urgência do CPP (Lei 15.280/2025).....	305
4.5.4.5.	Representar por Medidas da Lei do Crime Organizado	306
4.5.4.6.	Representar por Medidas da Lei de Proteção de Testemunhas	313
4.5.2.7.	Submeter o preso provisório à coleta de DNA quando o crime for praticado com violência ou grave ameaça à pessoa, contra a dignidade sexual ou por organização criminosa armada ou voltada à execução de crimes hediondos ou equiparados.....	317
4.6.	Dever de preservação da cadeia de custódia	319
4.7.	Procedimentos de polícia judiciária militar	320
4.7.1.	Inquérito policial militar.....	320
4.7.1.1.	Conceito.....	320
4.7.1.2.	Finalidade do inquérito policial militar.....	321
4.7.1.3.	Nulidades no inquérito policial militar	322
4.7.1.4.	Instauração.....	324
4.7.1.4.1.	Instauração de ofício.....	325
4.7.1.4.2.	Instauração por determinação ou delegação.....	325
4.7.1.4.3.	Instauração por requisição do Ministério Público	326
4.7.1.4.4.	Instauração por decisão do Superior Tribunal Militar.....	329
4.7.1.4.5.	Instauração por requerimento do ofendido, de seu representante legal ou por representação do cidadão que conheceu da infração penal militar	330
4.7.1.4.6.	Instauração em razão de sindicância	331
4.7.1.4.7.	Instauração em razão de prisão em flagrante delito.....	332
4.7.1.4.8.	Instauração de inquérito contra autoridades que possuam foro especial por prerrogativa de função.....	332
4.7.1.4.9.	Não instauração de inquérito policial militar com arrimo no princípio da insignificância	336
4.7.1.4.10.	Delação anônima e a instauração de inquérito policial militar....	342
4.7.1.4.11.	Dever de intimação do suspeito após a instauração.....	345
4.7.1.5.	Encarregado.....	345
4.7.1.6.	Escrivão.....	347
4.7.1.7.	Medidas preliminares ao inquérito policial militar	347
4.7.1.7.1.	Dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário.....	348
4.7.1.7.2.	Apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato.....	349
4.7.1.7.3.	Efetuar a prisão do infrator, observado o disposto no art. 244....	354
4.7.1.7.4.	Colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.....	354
4.7.1.8.	Avaliação decisória (processo decisório)	355

4.7.1.9.	Formação do inquérito policial militar.....	356
4.7.1.10.	Características do inquérito policial militar.....	361
4.7.1.10.1.	Procedimento administrativo instrutório	361
4.7.1.10.2.	Procedimento escrito.....	361
4.7.1.10.3.	Procedimento inquisitivo	361
4.7.1.10.4.	Procedimento sigiloso.....	369
4.7.1.10.5.	Oficialidade	372
4.7.1.10.6.	Oficiosidade.....	372
4.7.1.10.7.	Indisponibilidade.....	372
4.7.1.11.	O art. 16-A do CPPM (contraditório na investigação de uso de força letal no exercício profissional).....	373
4.7.1.12.	Detenção do indiciado pelo encarregado do inquérito policial militar....	387
4.7.1.13.	Assistência de integrante do Ministério Público.....	393
4.7.1.14.	Prazos do inquérito policial militar.....	394
4.7.1.15.	Encerramento do inquérito policial militar.....	396
4.7.2.	Auto de prisão em flagrante.....	397
4.7.2.1.	Espécies de flagrância	397
4.7.2.1.1.	Flagrante próprio, impróprio e ficto (ou presumido)	397
4.7.2.1.2.	Flagrante obrigatório e facultativo	397
4.7.2.1.3.	Flagrante postergado	398
4.7.2.1.4.	Flagrante forjado	398
4.7.2.1.5.	Flagrante preparado ou provocado	398
4.7.2.1.6.	Flagrante esperado	400
4.7.2.2.	Requisitos para que se possa efetuar a prisão em flagrante	400
4.7.2.2.1.	Presença de uma das hipóteses do art. 244 do CPPM	400
4.7.2.2.2.	Presença dos requisitos da prisão preventiva (art. 255 do CPPM).....	401
4.7.2.2.3.	Cominação de pena de detenção ou de reclusão para o delito em tese praticado.....	401
4.7.2.2.4.	Prova da materialidade da infração penal militar.....	402
4.7.2.2.5.	Conhecimento do autor do fato.....	402
4.7.2.2.6.	Detenção física do autor do fato.....	404
4.7.2.2.7.	Certeza da inexistência de uma causa excludente de ilicitude e de culpabilidade.....	405
4.7.2.2.8.	Não haver vedação legal para a prisão em flagrante delito	407
4.7.2.3.	Comparecimento espontâneo.....	407
4.7.2.4.	Relaxamento da prisão pela autoridade de polícia judiciária.....	408
4.7.2.5.	Estrutura do auto de prisão em flagrante delito.....	414
4.7.2.5.1.	Sequência de atos, documentos e investigações complementares.....	415

4.7.2.5.2.	Peça inaugural.....	415
4.7.2.5.3.	Escrivão e a necessidade de termo de compromisso.....	415
4.7.2.5.4.	Corpo do auto de prisão.....	416
4.7.2.5.5.	Certidão de garantias constitucionais.....	418
4.7.2.5.6.	Nota de culpa.....	419
4.7.2.5.7.	Relatório.....	419
4.7.2.5.8.	Remessa dos autos.....	420
4.7.2.5.9.	Entrega do preso.....	424
4.7.2.6.	Audiência de custódia.....	424
4.7.3.	Procedimento de deserção (termo de deserção ou instrução provisória de deserção)	427
4.7.3.1.	Disposições gerais.....	428
4.7.3.1.1.	Requisitos do termo de deserção.....	428
4.7.3.1.2.	Início da contagem de deserção.....	429
4.7.3.1.3.	Sujeição do desertor à prisão.....	430
4.7.3.1.4.	Prazo máximo para a realização da sessão de julgamento.....	437
4.7.3.2.	Deserção de oficial.....	438
4.7.3.3.	Deserção de praça, com ou sem graduação, e praça especial.....	441
4.7.3.4.	Condução coercitiva do ausente.....	444
4.7.3.5.	Prescrição da deserção e a atuação da polícia judiciária militar.....	452
4.7.3.6.	Casos especiais de deserção que exigem diversa compreensão do procedimento	453
4.7.4.	Procedimento de insubmissão (termo de insubmissão ou instrução provisória de insubmissão).....	454
4.7.4.1.	Requisitos do termo de insubmissão.....	455
4.7.4.2.	Sujeição do insubmisso à prisão.....	456
4.7.4.3.	Regime de prisão do insubmisso: menagem-prisão	458
4.7.4.4.	Prazo máximo para a realização da sessão de julgamento.....	459
4.8.	Arquivamento e desarquivamento das investigações.....	460
4.8.1.	Arquivamento implícito.....	471
4.8.2.	Arquivamento indireto.....	472
4.5.4.	Exercício de polícia judiciária militar e sua vinculação ou não à competência das Justiças Militares (ADPF 635/RJ e ARE 1.551.877/GO).....	478

5 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA..... 491

5.1.	Jurisdição.....	491
5.1.1	Características da jurisdição	492
5.1.1.1.	Substitutividade	492
5.1.1.2.	Escopo de atuação do direito	492
5.1.1.3.	Inércia.....	493

5.1.1.4.	Imutabilidade.....	493
5.1.1.5.	Existência de lide.....	493
5.1.2.	Princípios da jurisdição.....	494
5.1.2.1.	Investidura.....	494
5.1.2.2.	Aderência ao jurisdicionado.....	495
5.1.2.3.	Indelegabilidade.....	496
5.1.2.4.	Inevitabilidade.....	497
5.1.2.5.	Inafastabilidade (indeclinabilidade ou vedação ao <i>non liquet</i>).....	497
5.1.2.6.	Juiz natural.....	499
5.1.3.	Finalidade da jurisdição.....	500
5.1.4.	Espécies de jurisdição.....	501
5.2.	Competência penal militar.....	502
5.2.1.	Bem jurídico-penal militar, jurisdição especial e definição da jurisdição competente.....	506
5.2.2.	Foro militar.....	511
5.2.3.	Crítérios de definição da competência penal militar.....	517
5.2.3.1.	Espécies de competência criminal.....	517
5.2.3.1.1.	Competência material (<i>ratione materiae, personae e loci</i>).....	518
5.2.3.1.2.	Competência funcional.....	526
5.2.3.1.2.1.	Juiz das garantias.....	527
5.2.3.2.	Regras de competência previstas no Código de Processo Penal Militar.....	539
5.2.4.	Competência absoluta e competência relativa.....	542
5.2.5.	Prorrogação da competência.....	543
5.2.6.	Desaforamento.....	554
5.2.7.	Conflito de competência.....	556
5.2.8.	Casuística do foro militar.....	560
5.2.8.1.	Crime em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher militar.....	561
5.2.8.2.	Casuística sobre a competência criminal das Justiças Militares dos Estados e do Distrito Federal.....	563
5.2.8.2.1.	Crime doloso contra a vida de civil na JMU.....	563
5.2.8.2.2.	Julgamento monocrático de civis pela JMU (Lei n. 13.774/18)....	568
5.2.8.2.3.	Julgamento colegiado de ex-militares (<i>princípio tempus regit actum</i>).....	573
5.2.8.2.4.	Fraude na emissão de CAC (Certificado de Registro de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador).....	581
5.2.8.3.	Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal.....	583
5.2.8.3.1.	Crime “militar”(?) doloso contra a vida de civil.....	584
5.2.8.3.2.	Crime “militar”(?) praticado por civil em âmbito estadual.....	587
5.2.8.3.3.	Conselhos de Justiça nos Estados e no Distrito Federal.....	590

5.2.8.3.4.	Exercício da jurisdição penal militar por órgão monocrático (singular).....	591
5.2.8.3.5.	Crime militar praticado por militar de uma Unidade Federativa em outra.....	599
5.2.8.4.	A “Reforma do Poder Judiciário”: o evidente <i>discrímen</i> inconstitucional da Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004.....	600
5.2.9.	Competência para julgar a perda de posto e patente do oficial e a perda de graduação da praça.....	614
6	AÇÃO PENAL MILITAR E AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	619
6.1.	Ação penal militar.....	619
6.1.1.	Conceito da ação penal militar.....	621
6.1.2.	Natureza jurídica.....	622
6.1.3.	Princípios.....	625
6.1.3.1.	Princípio da demanda.....	625
6.1.3.2.	Princípio da obrigatoriedade.....	626
6.1.3.3.	Princípio da indisponibilidade.....	629
6.1.3.4.	Princípios da oficialidade, autoritariedade e oficiosidade.....	629
6.1.3.5.	Princípio da intranscendência.....	630
6.1.3.6.	Princípio da indivisibilidade.....	630
6.1.3.7.	Princípio da inadmissibilidade da dupla persecução criminal.....	630
6.1.4.	Condições da ação penal militar condenatória.....	631
6.1.4.1.	Condições genéricas.....	631
6.1.4.2.	Condições específicas.....	640
6.1.5.	Pressupostos processuais.....	641
6.1.6.	Espécies de ação penal militar.....	642
6.1.6.1.	Ação penal militar de iniciativa pública incondicionada (ou absoluta)....	643
6.1.6.2.	Ação penal militar de iniciativa pública condicionada à requisição.....	643
6.1.6.2.1.	Requisição do Comando da Força Militar e do Ministério da Justiça.....	644
6.1.6.3.	Ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública.....	645
6.1.6.3.1.	Queixa-crime.....	647
6.1.6.4.	Ação penal militar nos crimes militares extravagantes.....	648
6.1.7.	Peça inaugural do processo penal militar: a denúncia.....	651
6.1.7.1.	Denúncia e seus requisitos.....	651
6.1.7.2.	Prazo para oferecimento da denúncia.....	660
6.1.7.3.	Inaplicabilidade da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, nas Justiças Militares: reflexos práticos que podem ocorrer na ação penal militar.....	661
6.2.	Ação civil <i>ex delicto</i>	672
6.2.1.	Efeitos da condenação no Código Penal Militar.....	672
6.2.2.	Disposições do Código Civil.....	673

6.2.3.	Disposições do Código de Processo Civil.....	674
6.2.4.	Efeitos da sentença criminal absolutória.....	674
6.2.5.	Legitimados na ação civil ex delicto.....	675
6.2.6.	Concomitância da ação civil e a ação penal.....	676
6.2.7.	Prazo para a ação civil.....	676
6.2.8.	Juízo competente para a ação civil ex delicto.....	676
7	SUJEITOS, PARTES E TERCEIROS NA RELAÇÃO PROCESSUAL	679
7.1.	Introdução ao capítulo.....	679
7.2.	Juiz de Direito do Juízo Militar ou Juiz Federal da Justiça Militar.....	680
7.2.1.	Provimento do cargo.....	681
7.2.1.1.	Justiças Militares Estaduais.....	681
7.2.1.2.	Justiça Militar da União.....	687
7.3.	Juízes militares (primeira instância).....	700
7.4.	Ministério Público.....	707
7.5.	Assistente da acusação.....	716
7.6.	Acusado.....	724
7.7.	Defensor.....	726
7.8.	Curador.....	730
7.9.	Funcionários da justiça.....	730
7.10.	Peritos, tradutores e intérpretes.....	731
8	QUESTÕES PREJUDICIAIS	735
8.1.	Conceito de prejudicialidade.....	735
8.2.	Questão prejudicial e questão preliminar.....	735
8.3.	Questão prejudicial homogênea e heterogênea.....	736
8.4.	Questão prejudicial devolutiva e não devolutiva.....	736
8.5.	Consequências penais militares das questões prejudiciais: suspensão da prescrição da pretensão punitiva.....	739
8.6.	Quadro-resumo das questões prejudiciais.....	742
9	INCIDENTES PROCESSUAIS.....	743
9.1.	Introdução ao capítulo.....	743
9.2.	Exceções em geral.....	744
9.2.1.	Exceção de suspeição (<i>exceptio suspicionis</i>) e exceção de impedimento.....	745
9.2.2.	Exceção de incompetência (<i>exceptio incompetentiae</i>).....	752
9.2.3.	Exceção de litispêndência (<i>exceptio litispēndentiae</i>).....	757
9.2.4.	Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>).....	758
9.3.	Incidente de insanidade mental do acusado.....	760
9.4.	Incidente de falsidade de documento.....	766

9.5. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas na Justiça Militar	768
--	-----

10 MEDIDAS PREVENTIVAS E ASSECURATÓRIAS..... 775

10.1. Introdução ao capítulo.....	776
10.2. Providências que recaem sobre coisas ou pessoas.....	778
10.2.1. Buscas.....	778
10.2.1.1. Domiciliar	778
10.2.1.2. Pessoal.....	800
10.2.1.3. Apreensão	803
10.2.1.4. Restituição.....	806
10.3. Providências que recaem sobre coisas.....	810
10.3.1. Sequestro (e Sequestro do DL 3.240/41).....	810
10.3.2. Hipoteca legal.....	816
10.3.3. Arresto.....	818
10.4. Providências que recaem sobre pessoas.....	820
10.4.1. Disposições gerais sobre a prisão provisória.....	820
10.4.2. Prisão em flagrante delito (do desertor e do insubmisso).....	827
10.4.3. Prisão preventiva.....	827
10.4.3.1. Pressupostos ou requisitos positivos para a decretação da prisão preventiva (<i>fumus commissi delicti</i>).....	832
10.4.3.2. Fundamentos para a decretação da prisão preventiva (<i>periculum libertatis</i>)	833
10.4.3.3. Quadro-resumo da prisão preventiva no Direito Processual Penal Militar.....	853
10.4.3.4. Normas complementares.....	854
10.4.3.5. Prisão preventiva no curso do inquérito policial militar	855
10.4.4. Comparecimento espontâneo.....	857
10.4.5. Menagem.....	858
10.4.5.1. Conceito.....	858
10.4.5.2. Requisitos para a concessão.....	858
10.4.5.3. Local de cumprimento	859
10.4.5.4. Manifestação obrigatória do Ministério Público.....	860
10.4.5.5. Cassação da menagem	860
10.4.5.6. Menagem do insubmisso.....	860
10.4.5.7. Cessação da menagem	861
10.4.5.8. Caso de detração na pena.....	861
10.4.6. Liberdade provisória.....	861
10.4.7. Aplicação provisória de medida de segurança.....	863
10.5. Medidas preventivas e assecuratórias extravagantes ao CPPM.....	871
10.5.1. Lei Maria da Penha.....	871

10.5.2. Interceptação das comunicações telefônicas e interceptação ambiental.....	871
10.5.3. Turbação do sigilo das operações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais.....	878
10.5.4. Possibilidade da Lei Antidrogas (Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006).....	880
10.5.5. Prisão temporária (Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989).....	884
10.5.6. Medidas cautelares diversas da prisão (CPP, art. 319).....	897
11 CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	901
11.1. Introdução ao capítulo.....	901
11.2. Contagem de prazos no processo penal militar.....	901
11.3. Citação	905
11.3.1. Conceito.....	905
11.3.2. Formas.....	906
11.3.2.1. Citação por mandado.....	907
11.3.2.2. Citação por carta precatória	909
11.3.2.3. Citação por carta citatória	911
11.3.2.4. Citação mediante requisição ou licença de diretor ou chefe.....	914
11.3.2.5. Citação pelo correio.....	915
11.3.2.6. Citação por edital.....	916
11.3.3. Revelia e a impossibilidade de aplicação do art. 366 do CPP ao processo penal militar.....	918
11.4. Intimações e notificações.....	923
11.5. Disposições especiais.....	924
12 ATOS PROBATÓRIOS.....	925
12.1. Introdução ao capítulo: provas, o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.....	925
12.2. Linguagem utilizada na produção da prova.....	927
12.3. Forma utilizada na produção da prova oral.....	927
12.4. Provas vedadas no processo penal militar	928
12.4.1. Provas atentatórias à moral, saúde ou segurança individual ou coletiva, ou contra a hierarquia ou a disciplina militares.....	928
12.4.2. Provas obtidas por meio ilícito	930
12.5. Ônus da prova.....	934
12.6. Sistemas de valoração de prova.....	936
12.7. Observância no inquérito policial militar.....	937
12.8. Atos probatórios em espécie.....	937
12.8.1. Qualificação e interrogatório do acusado (STF. HC 127.900).....	937
12.8.2. Confissão	947
12.8.3. Oitiva do ofendido	949
12.8.4. Perícias e exames	951

12.8.5. Testemunhas.....	960
12.8.6. Acareação.....	968
12.8.7. Reconhecimento de pessoa e de coisa.....	968
12.8.8. Documentos.....	972
12.8.9. Indícios.....	974
13 PROCESSOS (PROCEDIMENTOS) EM ESPÉCIE.....	977
13.1. Processo (procedimento) ordinário.....	977
13.1.1. Prioridade de instrução. Polícia e ordem das sessões. Disposições gerais.....	978
13.1.2. Início do processo (procedimento) ordinário.....	987
13.1.3. Resposta à acusação e absolvição sumária (RHC n. 142.608).....	989
13.1.4. Instalação do Conselho de Justiça.....	996
13.1.5. Exceções que podem ser opostas. Comparecimento do ofendido.....	1000
13.1.6. Inquirição de testemunhas, reconhecimento de pessoa ou coisa e diligências em geral.....	1001
13.1.7. Qualificação e interrogatório do acusado (STF. HC 127.900).....	1008
13.1.8. Revelia.....	1010
13.1.9. Sessão de julgamento e sentença.....	1011
13.1.10. Quadro-resumo do processo (procedimento) ordinário.....	1031
13.2. Processos (procedimentos) especiais.....	1033
13.2.1. Deserção.....	1033
13.2.1.1. Introdução.....	1033
13.2.1.2. Disposições gerais.....	1036
13.2.1.3. Deserção de oficial.....	1039
13.2.1.4. Deserção de praça, com ou sem graduação, e praça especial.....	1048
13.2.1.5. Quadro-resumo do processo (procedimento) relativo ao crime de deserção.....	1058
13.2.2. Insubmissão.....	1060
13.2.2.1. Quadro-resumo do processo (procedimento) relativo ao crime de insubmissão.....	1063
13.2.3. Restauração de autos.....	1064
13.2.4. Processo de competência originária do Superior Tribunal Militar.....	1071
14 NULIDADES.....	1077
14.1. Introdução ao capítulo.....	1078
14.2. Irregularidade, nulidade e inexistência dos atos processuais.....	1079
14.3. Vetores de interpretação das nulidades (princípios aplicáveis).....	1084
14.3.1. Inexistência de nulidade sem prejuízo ou <i>pas de nullité sans grief</i> (princípio da instrumentalidade das formas).....	1084
14.3.2. Inexistência de nulidade de ato irrelevante para a justa composição da lide (princípio da instrumentalidade das formas).....	1086

14.3.3.	Inexistência de nulidade quando provocada pela parte que a alega ou quando apenas aproveitar à parte oposta (princípio do interesse).....	1086
14.3.4.	Nulidade por derivação (princípio da causalidade ou consequencialidade).....	1087
14.3.5.	Possibilidade de convalidação (princípio da convalidação ou da conservação).....	1088
14.3.5.1.	Preclusão.....	1088
14.3.5.2.	Ratificação de atos não decisórios de juiz incompetente.....	1090
14.3.5.3.	Prolação da sentença	1092
14.3.5.4.	Trânsito em julgado da sentença.....	1093
14.3.5.5.	Casos de convalidação específica.....	1093
14.4.	Nulidades em espécie.....	1094
14.4.1.	Nulidades absolutas.....	1094
14.4.1.1.	Incompetência do órgão jurisdicional <i>ratione materiae, ratione personae</i> e funcional	1094
14.4.1.2.	Impedimento e suspeição do juiz.....	1095
14.4.1.3.	Suborno do juiz.....	1097
14.4.1.4.	Ilegitimidade ad causam	1098
14.4.1.5.	Ausência (preterição) de denúncia.....	1098
14.4.1.6.	Ausência de exame de corpo de delito, direto ou indireto, nos crimes que deixem vestígios.....	1101
14.4.1.7.	A ausência ou inobservância de formalidades da citação do acusado para ver-se processar, implicando a ausência de defesa.....	1103
14.4.1.8.	Preterição dos prazos concedidos à acusação ou à defesa	1104
14.4.1.9.	Preterição da nomeação de defensor ao réu presente que não o tiver..	1105
14.4.1.10.	Preterição da forma do sorteio dos juízes militares e seu compromisso	1106
14.4.1.11.	Preterição da acusação e da defesa, em desacordo com o CPPM	1107
14.4.1.12.	Preterição da notificação do réu ou seu defensor para a sessão de julgamento.....	1108
14.4.1.13.	Preterição da intimação das partes para a ciência da sentença ou decisão de que caiba recurso	1110
14.4.1.14.	Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do processo	1110
14.4.2.	Nulidades relativas.....	1112
14.4.2.1.	Incompetência territorial do órgão jurisdicional.....	1112
14.4.2.2.	Ilegitimidade ad processum.....	1112
14.4.2.3.	A ausência ou inobservância de formalidades do interrogatório, quando presente o acusado.....	1113
14.4.2.4.	Deficiência na defesa do réu ou preterição de nomeação de curador ao réu ausente e ao menor de 18 anos.....	1114
14.4.2.5.	Ausência da intimação das testemunhas arroladas na denúncia.....	1117
14.4.2.6.	Falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal militar.....	1117

14.5. Momento da arguição das nulidades (relativas).....	1120
--	------

15 RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO 1121

15.1. Teoria geral.....	1122
15.1.1. Conceito.....	1122
15.1.2. Fundamento e natureza jurídica.....	1123
15.1.3. Classificação.....	1126
15.1.4. Princípios dos recursos.....	1128
15.1.4.1. Princípio da taxatividade.....	1128
15.1.4.2. Princípio da devolutividade (<i>tantum devolutum quantum appellatum</i>).....	1129
15.1.4.3. Princípio da unirãorrribilidade das decisões.....	1130
15.1.4.4. Princípio da fungibilidade dos recursos.....	1130
15.1.4.5. Princípio da complementaridade.....	1133
15.1.4.6. Princípio da irãrrribilidade das decisões interlocutórias.....	1135
15.1.4.7. Princípio da dialeticidade.....	1135
15.1.4.8. Princípio da personalidade dos recursos.....	1136
15.1.4.9. Princípio da disponibilidade dos recursos.....	1136
15.1.4.10. Princípio non reformatio in pejus.....	1138
15.1.5. Pressupostos recursais.....	1142
15.1.5.1. Pressupostos objetivos.....	1143
15.1.5.1.1. Cabimento (ou previsão legal).....	1143
15.1.5.1.2. Adequação.....	1143
15.1.5.1.3. Tempestividade.....	1144
15.1.5.1.4. Regularidade (observância das formalidades legais).....	1148
15.1.5.1.5. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos.....	1150
15.1.5.2. Pressupostos subjetivos.....	1152
15.1.5.2.1. Interesse jurídico.....	1152
15.1.5.2.2. Legitimidade.....	1153
15.1.6. Efeitos da interposição dos recursos.....	1155
15.1.6.1. Devolutivo.....	1156
15.1.6.2. Suspensivo.....	1156
15.1.6.3. Extensivo.....	1156
15.1.6.4. Regressivo (iterativo ou diferido).....	1156
15.1.6.5. Traslativo.....	1157
15.2. Recursos em espécie.....	1158
15.2.1. Recurso em sentido estrito.....	1158
15.2.1.1. Introdução.....	1158
15.2.1.2. Confronto com a Lei de Execução Penal.....	1160
15.2.1.3. Hipóteses de cabimento.....	1164

15.2.1.3.1.	Reconhecimento da inexistência de crime militar, em tese (alínea <i>a</i> do art. 516 do CPPM)	1164
15.2.1.3.2.	Indeferimento do pedido de arquivamento, ou da devolução do inquérito à autoridade administrativa (alínea <i>b</i> do art. 516 do CPPM).....	1168
15.2.1.3.3.	Absolvição do réu no caso do art. 48 do Código Penal Militar (alínea <i>c</i> do art. 516 do CPPM).....	1170
15.2.1.3.4.	Não recebimento da denúncia no todo ou em parte, ou de seu aditamento (alínea <i>d</i> do art. 516 do CPPM).....	1173
15.2.1.3.5.	Conclusão pela incompetência da Justiça Militar, do juiz federal da justiça militar ou do Conselho de Justiça (alínea <i>e</i> do art. 516 do CPPM)	1176
15.2.1.3.6.	Julgamento de procedência da exceção, salvo a de suspeição (alínea <i>f</i> do art. 516 do CPPM).....	1177
15.2.1.3.7.	Julgamento de improcedência do corpo de delito ou outros exames (alínea <i>g</i> do art. 516 do CPPM).....	1178
15.2.1.3.8.	Decretação, ou não, da prisão preventiva, ou sua revogação (alínea <i>h</i> do art. 516 do CPPM)	1181
15.2.1.3.9.	Concessão ou negação da menagem (alínea <i>i</i> do art. 516 do CPPM).....	1182
15.2.1.3.10.	Decretação da prescrição, ou julgamento, por outro modo, da extinção da punibilidade (alínea <i>j</i> do art. 516 do CPPM).....	1183
15.2.1.3.11.	Indeferimento do pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade (alínea <i>l</i> do art. 516 do CPPM).....	1188
15.2.1.3.12.	Concessão, negação ou revogação do livramento condicional ou da suspensão condicional da pena (alínea <i>m</i> do art. 516 do CPPM).....	1189
15.2.1.3.13.	Anulação, no todo ou em parte, do processo da instrução criminal (alínea <i>n</i> do art. 516 do CPPM)	1194
15.2.1.3.14.	Decisão sobre a unificação das penas (alínea <i>o</i> do art. 516 do CPPM).....	1195
15.2.1.3.15.	Decretação, ou não, da medida de segurança (alínea <i>p</i> do art. 516 do CPPM)	1197
15.2.1.3.16.	Não recebimento da apelação ou recurso (alínea <i>q</i> do art. 516 do CPPM)	1199
15.2.1.4.	Prazo para interposição	1201
15.2.1.5.	Procedimento	1202
15.2.1.6.	Efeitos.....	1203
15.2.2.	Apelação.....	1203
15.2.2.1.	Dever de recolher-se à prisão para apelar e sobrestamento da apelação por fuga.....	1205
15.2.2.2.	Prazo para interposição	1208
15.2.2.3.	Procedimento	1208

15.2.2.4. Efeitos.....	1209
15.2.3. Embargos infringentes, de nulidade e de declaração.....	1211
15.2.3.1. Prazo para interposição.....	1214
15.2.3.2. Procedimento.....	1214
15.2.3.3. Efeitos.....	1215
15.2.4. Recurso inominado.....	1216
15.2.5. Correição parcial.....	1217
15.2.6. Recurso Ordinário Constitucional em <i>Habeas Corpus</i>	1225
15.2.6.1. Cabimento.....	1225
15.2.6.2. Legitimidade.....	1229
15.2.6.3. Prazo.....	1230
15.2.6.4. Procedimento.....	1230
15.2.7. Recurso Ordinário Constitucional em Mandado de Segurança.....	1232
15.2.7.1. Cabimento.....	1232
15.2.7.2. Legitimidade.....	1234
15.2.7.3. Prazo.....	1235
15.2.7.4. Procedimento.....	1236
15.2.8. Recurso Especial e Recurso Extraordinário.....	1236
15.2.8.1. Cabimento.....	1240
15.2.8.2. Legitimidade.....	1246
15.2.8.3. Prazo.....	1249
15.2.8.4. Procedimento.....	1249
15.2.8.4.1. Interposição e contrarrazões.....	1249
15.2.8.4.2. Julgamento dos recursos extraordinários (em sentido amplo) repetitivos.....	1250
15.2.8.4.3. Possibilidades iniciais do presidente ou do vice-presidente do tribunal a quo.....	1252
15.2.8.4.4. Julgamento dos recursos extraordinário e especial.....	1257
15.2.8.5. Efeitos.....	1259
15.2.9. Agravo em execução.....	1261
15.2.9.1. Cabimento.....	1262
15.2.9.2. Legitimidade.....	1263
15.2.9.3. Competência.....	1263
15.2.9.4. Prazo.....	1263
15.2.9.5. Procedimento.....	1263
15.2.9.6. Efeitos.....	1264
15.3. Ações Autônomas de Impugnação.....	1265
15.3.1. Revisão criminal.....	1265
15.3.2. <i>Habeas Corpus</i>	1270

15.3.2.1. Introdução e evolução histórica	1270
15.3.2.2. Natureza jurídica	1273
15.3.2.3. Objeto (hipóteses de impetração)	1274
15.3.2.4. Impetrante, Impetrado e paciente	1279
15.3.2.5. Espécies	1284
15.3.2.6. Competência para julgamento	1286
15.3.2.7. Procedimento	1290
15.3.2.8. Recurso das decisões	1294
15.3.3. Mandado de Segurança Individual	1296
15.3.3.1. Introdução	1296
15.3.3.2. Natureza jurídica	1297
15.3.3.3. Objeto (hipóteses de impetração)	1297
15.3.3.4. Legitimidade	1300
15.3.3.5. Competência para julgamento	1303
15.3.3.6. Procedimento	1304
15.3.3.7. Recurso das decisões	1306
15.3.4. <i>Habeas Data</i> na Justiça Militar?	1307
15.3.5. Reclamação	1309
16 JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA	1315
16.1. Introdução e estabelecimento de premissas	1315
16.2. Crime militar em tempo de guerra	1318
16.3. Organização da Justiça Militar em tempo de guerra	1322
16.4. Do processo (procedimento) penal militar em tempo de guerra	1328
16.4.1. Quadro-resumo do processo penal militar em tempo de guerra	1336
16.5. Dos recursos	1340
16.6. Da execução da pena de morte	1342
REFERÊNCIAS	1347